

**ANEXO VII**  
**Conteúdos Programáticos****CONHECIMENTOS BÁSICOS (para todos os cargos)****LÍNGUA PORTUGUESA:**

1) Compreensão e interpretação de textos. 2) Tipologia textual e gêneros textuais. 3) Ortografia oficial. 4) Acentuação gráfica. 5) Classes de palavras. 6) Uso do sinal indicativo de crase. 7) Sintaxe da oração e do período. 8) Pontuação. 9) Concordância nominal e verbal. 10) Regência nominal e verbal. 11) Significação das palavras.

**LEGISLAÇÃO EBSERH:**

1) Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011. 2) Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011. 3) Regimento Interno da Ebserh (Aprovado na 155ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 28 de março de 2023). 4) Código de Ética e Conduta da Ebserh - Princípios Éticos e Compromissos de Conduta – 2ª Edição (2020). 5) Estatuto Social da Ebserh (Aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 17 de abril de 2024). 6) Regulamento de Pessoal da Ebserh. 7) Norma Operacional de Controle Disciplinar da Ebserh (atualizada em 17/01/2023).

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO:**

1) Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) – princípios, diretrizes e arcabouço legal. 2) História das políticas de saúde no Brasil e a Reforma Sanitária Brasileira. 3) Controle social no Sistema Único de Saúde (SUS). 4) Constituição Federal 1988, Título VIII - artigos de 194 a 200. 5) Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.142/1990 e Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011. 6) Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e suas alterações e atualizações. 7) Determinantes sociais da saúde. 8) Sistemas de informação em saúde. 9) Estratégia Saúde da Família e Política Nacional de Atenção Básica. 10) Redes de Atenção à Saúde. 11) RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011 – Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde. 12) RDC nº 36, de 25 de julho de 2013 – Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. 13) NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde (Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005). 14) Resolução CNS nº 453, de 10 de maio de 2012 – Aprova diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. 15) Resolução CNS nº 553, de 9 de agosto de 2017 – Dispõe sobre a carta dos direitos e deveres da pessoa usuária da saúde. 16) Resolução CNS nº 330, de 4 de novembro de 2003 – Aplica os princípios e diretrizes para a norma operacional básica de recursos humanos para o SUS (NOB/RH-SUS) como política nacional de gestão do trabalho e da educação em saúde, no âmbito do SUS. 17) Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009 – Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. 18) Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 – Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). 19) Portaria GM/MS nº 230, de 7 de março de 2023 – Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS. 20) Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023 – Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 21) Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP). 22) Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS). 23) Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS). 24) Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) (Portaria GM/MS nº 198/2004 e suas alterações e atualizações). 25) Programa Nacional de Segurança do Paciente. 26) Bioética.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO ADMINISTRATIVO (para todos os cargos)**

1) Noções de organização administrativa. 1.1) Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 1.2) Administração direta e indireta. 1.3) Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 2) Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações e atualizações). 3) Improbidade administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e suas alterações e atualizações). 4) Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e suas alterações e atualizações). 5) Processo administrativo federal (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e suas alterações e atualizações). 6) Noções de orçamento público: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). 7) Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e suas alterações e atualizações). 8) Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e suas alterações e atualizações). 9) Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e suas alterações e atualizações).

**Grupo 1 - ADVOGADO**

**Direito Constitucional:** 1) Evolução constitucional do Brasil. 2) Constituição: conceito e classificação. 3) Normas constitucionais: classificação. 4) Preâmbulo, normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais. 5) Disposições constitucionais transitórias. 6) Hermenêutica constitucional. 7) Poder constituinte. 8) Controle de constitucionalidade: direito comparado. Sistema brasileiro. Controle difuso e concentrado. Modulação dos efeitos. Evolução histórica. Normas constitucionais inconstitucionais. 9) Declaração de

inconstitucionalidade sem redução de texto e interpretação conforme a constituição. 10) Inconstitucionalidade por omissão. 11) Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. 12) Ação declaratória de constitucionalidade. 13) Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 14) Declaração de direitos: histórico; teoria jurídica e teoria política. 15) Direitos e garantias individuais e coletivos. Direitos fundamentais. 16) Princípio da legalidade e da reserva legal. 17) Princípio da isonomia. 18) Direito adquirido, coisa julgada, ato jurídico perfeito e conflito de normas no tempo. 19) Regime constitucional da propriedade. 20) Princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. 21) Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 22) Liberdades constitucionais. Jurisdição constitucional no direito brasileiro e no direito comparado. 23) Direitos difusos coletivos e individuais homogêneos. 24) Direitos sociais e sua efetivação. 25) Princípios constitucionais do trabalho. 26) Direito à Nacionalidade. 27) Direitos Políticos. 28) Estado federal: conceito e sistemas de repartição de competência, direito comparado, discriminação de competência na Constituição de 1988, Intervenção federal, Princípio da simetria constitucional. 29) Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários. 30) Organização dos Poderes: mecanismos de freios e contrapesos. Separação entre os poderes. 31) União: competência. 32) Estado-membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações. 33) Estado-membro: competência e autonomia. 34) Administração pública: princípios constitucionais. 35) Servidores públicos: princípios constitucionais. Teto remuneratório. Direito de greve. Aposentadoria. 36) Poder Legislativo: organização, atribuições, prerrogativas e vedações. Processo legislativo. Comissão Parlamentar de Inquérito. 37) Poder Executivo: presidencialismo e parlamentarismo; ministro de Estado. 38) Presidente da República: poder regulamentar; medidas provisórias. 39) Crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado. 40) Poder Judiciário: organização; estatuto constitucional da magistratura. 41) Supremo Tribunal Federal: organização e competência. Súmula Vinculante. 42) Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público. 43) Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. 44) Justiça federal: organização e competência. 45) Justiça do trabalho: organização e competência. 46) Ministério Público: princípios constitucionais. 47) Advocacia Pública. 48) Funções Essenciais à Justiça. 49) Limitações constitucionais do poder de tributar. Imunidades tributárias das pessoas jurídicas de Direito Público. 50) Ordem econômica e ordem financeira. 51) Intervenção do Estado no domínio econômico. 52) Direitos e interesses das populações indígenas. 53) Interesses difusos e coletivos. 54) Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 55) Cláusula de reserva de plenário e súmula vinculante nº 10. 56) Direito à saúde. 57) Repercussão Geral. 58) Amicus Curiae. 59) Papel do Tribunal de Contas da União (TCU). 60) Garantia dos direitos fundamentais e a reserva do possível. 61) Ponderação de direito e conflito entre princípios constitucionais. Princípio da proporcionalidade e da razoabilidade. 62) Suspensão de lei sem redução de texto. 63) Efeito vinculante das decisões do STF. 64) Papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade. 65) Declaração de inconstitucionalidade com eficácia para o futuro. 66) Proteção à intimidade, à imagem e ao sigilo. Sigilo bancário. Sigilo de dados. Sigilo das comunicações. 67) Princípio da Publicidade. 68) Liberdade de expressão e pensamento. 69) Emenda à Constituição. 70) Cláusula pétrea. 71) Processo e julgamento perante o STF. Lei nº 9.868/1999. 72) Políticas Afirmativas. 73) Estado Democrático de Direito, democracia e princípio republicano. 74) Aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas. 75) Prisão civil por dívida. 76) Exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de recursos administrativos. 77) Teoria dos efeitos transcedentes da decisão do STF em controle de constitucionalidade. 78) Mutação constitucional.

**Direito Administrativo:** 1) Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material. 2) Conceito de direito administrativo. 3) Fontes do direito administrativo: doutrina e jurisprudência na formação do direito administrativo. Lei formal. Regulamentos administrativos, estatutos e regimentos; instruções; princípios gerais; tratados internacionais; costume. 4) Descentralização e desconcentração da atividade administrativa. Relação jurídico-administrativa. Personalidade de direito público. Conceito de pessoa administrativa. Teoria do órgão da pessoa jurídica: aplicação no campo do direito administrativo. 5) Classificação dos órgãos e funções da administração pública. 6) Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. Concentração e desconcentração de competência. 7) Ausência de competência: agente de fato. 8) Hierarquia. Poderes e Prerrogativas da Administração Pública. Poder Regulamentar. Conceito de poder-dever. Supremacia do interesse público. Poder hierárquico e suas manifestações. 9) Administração Pública direta e indireta. 10) Autarquias. Agências reguladoras e executivas. 11) Fundações públicas. 12) Empresa pública. 13) Sociedade de economia mista. 14) Entidades paraestatais em geral. 15) Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo. 16) Validade, eficácia e autoexecutoredade do ato administrativo. 17) Atos administrativos simples, complexos e compostos. 18) Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 19) Atos administrativos gerais e individuais. 20) Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 21) Controle do ato administrativo. 22) Ato administrativo inexistente. Atos administrativos nulos e anuláveis. Revogação, anulação e convalidação dos atos administrativos. Teoria das nulidades no direito administrativo. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. 23) Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999). 24) Contratos administrativos: elementos, características, formação, execução, modificação e formas de extinção. Discussão sobre sua existência como categoria específica; conceito, espécies e caracteres jurídicos. 25) Licitação: conceito, modalidades e procedimentos; dispensa e inexigibilidade de licitação. Normas gerais. Legislação pertinente: Lei nº 14.133/2021 e alterações; Lei nº 10.520/2002 e suas alterações, bem como demais disposições referentes ao pregão; Sistema de Registro de Preços. Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016. 26) Convênios administrativos. Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005). Terceiro setor. Parcerias público-privadas (Lei nº 11.079/2004). 27) Acordos administrativos e Administração Pública consensual. Mediação e Arbitragem (Lei nº 9.307/1996 e suas alterações, Lei nº 13.140/2015). 28) Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº 12.462/2011). 29) Prescrição da pretensão punitiva e executória. Prescrição intercorrente. Marcos interruptivos da prescrição. Lei nº 9873/1999. LINDB (Decreto nº 4.657/1942, com as alterações da Lei nº 12.376/2010); Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013); Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016). 30) Poder regulatório e legalidade. Conformação da atividade econômica por normas estatais. Lei de liberdade econômica (Lei nº 13.874/2019). 31) Poder de polícia: conceito; polícia judiciária e polícia administrativa; liberdades públicas e poder de polícia. 32) Principais setores de atuação da polícia administrativa. 33) Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), acordo substitutivo de sanção administrativa e compromisso previsto no art. 26 da Lei de Introdução às Normas no Direito Brasileiro. 34) Serviço público: conceito; caracteres jurídicos; classificação e garantias.

Usuário do serviço público. Concessão de serviço público: natureza jurídica e conceito; regime jurídico financeiro. Extinção da concessão de serviço público; relicitação (Lei nº 13.448/2017); reversão dos bens. Permissão, autorização e delegação. 35) Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos. 36) Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; ocupação; aforamento; concessão de domínio pleno. 37) Controle interno e externo da administração pública. 38) Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. 39) Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro. Discricionariedade administrativa e controle jurisdicional. 40) Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos. Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. 41) Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro. Ação de regresso. 42) Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas. 43) Tribunal de Contas da União e suas atribuições. Entendimentos com caráter normativo exarado pelo Tribunal de Contas. 44) Agentes públicos: servidor público e funcionário público; natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais. 45) Cargos de provimento efetivo e cargos de provimento vitalício: garantias; estágio probatório. Cargos em comissão e funções de confiança. 46) Servidores públicos. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. 47) Improbidade administrativa. Lei nº 8.429/1992 e alterações. Lei nº 14.230/2021 e alterações. 48) Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 49) Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. Regime previdenciário do servidor estatutário. Previdência Complementar. Normas e princípios constitucionais. As regras de transição. 50) Procedimento administrativo. Instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. 51) Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa. 52) Atuação do Estado no domínio econômico. Monopólio. 53) Advocacia pública consultiva. Hipóteses de manifestação obrigatória. Aspectos de responsabilidade do parecerista pelas manifestações exaradas e do administrador público, quando age em acordo e quando age em desacordo com tais manifestações.

**Direito Financeiro e Econômico:** 1) Finanças públicas na Constituição Federal de 1988. 2) Orçamento. Conceito e espécies. Natureza jurídica. Princípios orçamentários. Normas gerais de direito financeiro (Lei nº 4.320/1964). Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. 3) Despesa pública. Conceito e classificação. Disciplina constitucional dos precatórios. Princípio da legalidade. Técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). 4) Receita pública. Conceito. Ingressos e receitas. Classificação: receitas originárias e receitas derivadas. Preço público e sua distinção com a taxa. 5) Dívida ativa de natureza tributária e não tributária da União, de suas autarquias e fundações. 6) Crédito público. Conceito. Dívida pública: conceito. Disciplina constitucional, classificação e extinção. 7) Ordem constitucional econômica: princípios gerais da atividade econômica. 8) Ordem jurídico-econômica. Conceito. Ordem econômica e regime político. 9) Sujeitos econômicos. 10) Intervenção do Estado no domínio econômico. 11) Contribuição de Intervenção no domínio econômico. 12) Defesa da Concorrência. Lei nº 12.529/2011. Infrações à ordem econômica. Atos de Concentração.

**Direito Tributário:** 1) O Estado e o poder de tributar. 2) Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário. 3) Norma tributária. Espécies. Vigência e aplicação. Interpretação e integração. Natureza. 4) Obrigações tributárias: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. 5) Créditos tributários e não tributários das autarquias e fundações públicas federais. Conceito. Natureza. Revisão. Suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Correção monetária. CADIN. Lei nº 10.522/2002. Encargo legal. 6) Responsabilidade tributária. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. 7) Garantias e privilégios do crédito tributário. 8) Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Impostos da União. Impostos dos estados e do Distrito Federal. Impostos dos municípios. Repartição das receitas tributárias. 9) Dívida ativa e certidões negativas. 10) Lei nº 6.830/1980. 11) Distinção entre taxa e preço público. 12) Uso no cálculo da taxa de elementos da base de cálculo própria de determinado imposto. 13) Parcelamento. 14) Medida cautelar fiscal. 15) Prescrição intercorrente. 16) Repetição de tributos. 17) Certidão da dívida ativa (CDA). 18) Lei nº 13.988/2020 e suas alterações. 19) Lei nº 13.874/2019 e suas alterações. 20) Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sócios. Responsabilidade de terceiros. 21) Penhora online. 22) Redirecionamento da execução fiscal. 23) Sucessão empresarial de fato e responsabilidade tributária. 24) Elisão e evasão fiscal. Normas ante elisivas. 25) Execução fiscal de crédito não fiscal.

**Direito da Seguridade Social:** 1) Seguridade social: conceito; organização e princípios constitucionais. Os diversos regimes de previdência (geral, próprio, militar e complementar). A possibilidade de compensação entre os regimes. 2) Emenda Constitucional nº 103/2019: Reforma da Previdência. 3) Regime Geral da Previdência Social: beneficiário, benefícios e custeio. Lei nº 8.212/1991 e alterações. Lei nº 8.213/1991 e alterações. 4) Decreto nº 3.048/1999. Plano de Benefícios. 5) Princípios: contributividade; obrigatoriedade da filiação; equilíbrio financeiro e atuarial; universalidade de participação nos planos de benefícios; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios; irredutibilidade do valor do benefício; garantia do benefício não inferior ao salário mínimo; tempus regit actum. 6) Vedações da criação de critérios híbridos para o reconhecimento do direito e cálculo do benefício previdenciário ou assistencial. 7) Beneficiários, segurados obrigatórios e facultativos, dependentes, qualidade de segurado, inscrição e filiação, tempo de serviço e tempo de contribuição, espécies de benefícios, carência, período de graça. 8) Habilitação e reabilitação profissional. Contagem recíproca do tempo de contribuição. 9) Disposições diversas relativas às prestações: prescrição, decadência, autotutela administrativa, regras de inacumulabilidade de benefícios, revisão de benefícios, vedação à desaposentação e à despensão, exigência do prévio requerimento administrativo. 10) Legislação acidentária. Acidente do trabalho e ação regressiva. 11) Regulamento do seguro de acidentes do trabalho (urbano e rural). 12) Moléstia profissional. 13) Aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do RGPS: Lei Complementar nº 142/2013. 14) Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003). Previdência Social e Assistência Social à pessoa idosa. 15) FAP – Fator Acidentário de Prevenção. 16) Seguro Acidente de Trabalho – SAT. 17) Segurado Microempreendedor individual. 18) Previdência privada ou complementar: Lei Complementar nº 109/2001. Princípios constitucionais. Natureza jurídica de direito privado. Complementaridade. Autonomia em relação aos regimes públicos previdenciários. Facultatividade na filiação ao regime. Regime de capitalização. Independência em relação ao contrato de trabalho. Paridade contributiva nas entidades fechadas de previdência complementar com patrocínio público.

Reserva de lei complementar. Transparência na gestão. Princípio da representatividade. Sujeitos da relação jurídica: participantes, assistidos, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, patrocinador. Previdência complementar com patrocínio público. **Direito Ambiental:** 1) Princípios do Direito Ambiental. 2) A Constituição Federal de 1988 e o meio ambiente. 3) A legislação brasileira florestal (Leis nº 12.651/2012, 11.428/2006, 11.284/2006, suas alterações e regulamentos). Direito intertemporal e conflito aparente de normas ambientais protetivas do meio ambiente. 4) A legislação brasileira de unidades de conservação (Lei nº 9.985/2000, suas alterações e regulamentos). A Proteção e a conservação da biodiversidade. Lei nº 11.516/2007 e alterações. 5) Poder de Polícia Ambiental. Crimes e infrações administrativas contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998, suas alterações e regulamentos). Licenciamento ambiental (LC nº 140/2011, Lei nº 6.938/1981, Res. CONAMA nº 428/2010, suas alterações e regulamentos). 6) Organizações dos Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Unidades de Conservação (SISNAMA e SNUC). Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981).

**Direito Civil:** 1) Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Aplicação da lei no tempo e no espaço; interpretação da lei; integração da lei; analogia. Princípios gerais do direito e equidade. 2) Das pessoas. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. 3) Dos bens. Das diferentes classes de bens. 4) Bem de família legal e bem de família convencional. 5) Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Defeitos do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova. 6) Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Dos contratos em geral. Das várias espécies de contratos. Dos atos unilaterais. Da responsabilidade civil. Das preferências e privilégios creditórios. 7) Do direito das coisas. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador do imóvel. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. Da concessão de uso especial para fins de moradia. Da concessão de direito real de uso. 8) Responsabilidade civil do Estado e do particular. 9) Responsabilidade civil do fornecedor pelos produtos fabricados e pelos serviços prestados. 10) Responsabilidade civil por dano causado ao meio ambiente e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico. 11) Registros públicos. 12) Estatuto da Pessoa Idosa.

**Direito Processual Civil:** 1) Da jurisdição: conceito, modalidades, poderes, princípios, órgãos, formas e limites da jurisdição civil. 2) Competência: conceito; competência funcional e territorial; competência internacional. Competência absoluta e relativa. Modificações da competência e conflito; conexão e continência. 3) Da ação: conceito; ação e pretensão; natureza jurídica, condições, princípios, classificação. 4) Do processo e procedimento: natureza e princípios. Formação, suspensão e extinção do processo; pressupostos processuais; tipos de procedimentos. 5) Prazos: conceito, classificação, princípios, contagem; preclusão. Prazos especiais da Fazenda Pública. 6) O juiz: poderes, deveres e responsabilidades. Do Ministério Público e dos auxiliares da justiça. 7) Sujeitos do processo: das partes e dos procuradores. O litisconsórcio; capacidade de ser parte e estar em juízo. Legitimação ordinária e extraordinária. A substituição processual. Intervenção de terceiros; oposição; nomeação à autoria; denuncia da lide; chamamento ao processo; da assistência. 8) Formação, suspensão e extinção do processo. 9) Dos atos processuais. 10) Petição inicial: conceito, requisitos. Pedidos: espécies, modificação, cumulação. Causa de pedir. Despacho liminar: objeto, natureza, de conteúdo positivo, de conteúdo negativo. Da citação. Da intimação. Da resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção. Revelia. Direitos indisponíveis. Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Antecipação de tutela. Tutela específica. 11) Despesas processuais e honorários advocatícios. 12) Prova: conceito, modalidades, princípios gerais, objeto, ônus, procedimentos. Da audiência. Da sentença: requisitos; publicação. 13) Da coisa julgada: conceito; limites objetivos e subjetivos; coisa julgada formal e coisa julgada material. Preclusão. 14) Recursos: conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. Concessão de efeito suspensivo pelo Relator. Reexame necessário. Apelação. Agravo. Embargos infringentes, de divergência e de declaração. Recurso especial. Recurso extraordinário. Recurso repetitivo no STJ (Lei nº 11.672/2008). Repercussão geral no STF (Lei nº 11.418/2006). Ação rescisória. Nulidades. 15) Liquidação de sentença. 16) Cumprimento de sentença. 17) Processo de execução: pressupostos e princípios informativos. Espécies de execução. Embargos à execução contra a Fazenda Pública. Penhora, arresto, sequestro e depósito. Busca e apreensão. Adjudicação. Alienação em hasta pública. Execução provisória. Embargos do devedor: natureza jurídica, cabimento e procedimento. Embargos de terceiro: natureza jurídica, legitimidade e procedimento. Execução fiscal. Da execução contra a fazenda pública. 18) Processo e ação cautelares. Procedimento cautelar comum, cautelar incidental a recurso especial e extraordinário e procedimentos específicos. 19) Juizados especiais federais. 20) Da ação de usucapião de terras particulares. 21) Ação civil pública, ação popular e ação de improbidade administrativa. 22) Mandado de segurança individual e coletivo. 23) Mandado de Injunção. 24) Habeas data. 25) Ação monitória. 26) Reclamação Constitucional. 27) Suspensão de Segurança, de liminar e de antecipação de tutela. 28) Ação discriminatória. 29) Ação de desapropriação. 30) Ações possessórias. Imissão, manutenção e reintegração de posse. Interdito proibitório. Nunciação de obra nova. 31) Ação civil originária nos Tribunais. 32) Medida cautelar fiscal (Lei nº 8.397/1992 e suas alterações). 33) Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo. 34) Incidente de declaração de inconstitucionalidade e cláusula de reserva de plenário. 35) Pedido de uniformização de jurisprudência. 36) Precatório e requisição de pequeno valor (RPV). 37) Litigância de má-fé. 38) Causas de extinção do processo com ou sem resolução de mérito. 39) Pedido de revisão da sentença nas relações jurídicas continuativas. 40) Cautelar de exibição. 41) Prescrição da pretensão executória. 42) Exceção de pré-executividade. 43) Protesto extrajudicial de título. Protesto de Certidões de Dívida Ativa. Lei nº 9.492/1997 e suas alterações. 44) Ação regressiva. 45) Consignação em pagamento. 46) Querela Nullitatis. 47) Ação anulatória. 48) Coisa julgada inconstitucional. 49) Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). 50) Conciliação, acordo e transação judicial e extrajudicial. 51) Negócio Jurídico Processual.

**Direito Empresarial:** 1) O estabelecimento: conceito e natureza, fundo de comércio e sucessão comercial. 2) Nome empresarial: natureza e espécies. 3) Registro de empresas. 4) Teoria da empresa. 5) O Empresário: requisitos necessários, impedimentos, direitos e deveres em face da legislação vigente. 6) Atos de comércio. 7) Livros comerciais obrigatórios auxiliares: espécies e requisitos e valor probante dos livros comerciais. 8) Contratos de Empresas: noções, requisitos, classificação, formação, meios de provas, contratos de compra e venda e de prestação de serviços, contratos de conta corrente, de abertura de crédito, de alienação e contrato de leasing. 9) Responsabilidade dos

sócios e administradores. Doutrina da desconsideração da personalidade jurídica. 10) Títulos de crédito. 11) Sociedades Empresárias: classificação, características, distinções: sociedades não personificadas, sociedade comum e em conta de participação; sociedades personificadas, sociedade simples, em nome coletivo, em comandita simples, limitada, anônima, em comandita por ações, cooperativa e coligadas – liquidação, transformação, incorporação, fusão e da cisão das sociedades dependentes de autorização. 12) Propriedade industrial e intelectual (Lei nº 9.279/1996 e suas atualizações). O Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Marcas, patentes e concorrência desleal na Lei nº 9.279/1996. 13) Regime Jurídico-comercial em sede constitucional (artigos 170 e 173 da Constituição Federal). Liberdade de iniciativa e liberdade de concorrência.

**Direito Penal:** 1) Aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e anterioridade. Lei penal no tempo e no espaço. 2) Crime. Conceito. Relação de causalidade. Superveniência de causa independente. Relevância da omissão. Crime consumado, tentado e impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime doloso, culposo e preterdoloso. Tipicidade (tipo legal do crime). Erro de tipo e erro de proibição. Coação irresistível e obediência hierárquica. 3) Exclusão de ilicitude. 4) Imputabilidade penal. 5) Concurso de pessoas. 6) Efeitos da condenação e da reabilitação. 7) Ação penal pública e privada. 8) Extinção da punibilidade. 9) Crimes contra a honra praticados contra funcionário público. 10) Crimes contra a administração pública e Lei nº 8.429/1992. Lei 14.230/2021 e alterações. 11) Crimes em licitações e contratos administrativos. Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. 12) Crimes contra a fé pública. 13) Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019). 14) Crimes contra a ordem econômica, as relações de consumo e a economia popular (Lei nº 1.521/1951; Lei nº 8.078/1990; Lei nº 8.137/1990; Lei nº 8.176/1991; Lei nº 12.529/2011; Lei nº 13.874/2019). 15) Crimes de estelionato contra a Fazenda Pública. Crimes Tributários. 16) Crime resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989 e suas alterações). 17) Crimes cibernéticos e Convenção de Budapeste. 18) Organização criminosa (Lei nº 12.850/2013 e suas alterações). 19) Suspensão condicional do processo (Lei nº 9.099/1995). 20) Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996). 21) Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998). 22) Crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei nº 7.492/1986). 23) Crimes contra a organização do trabalho.

**Direito Processual Penal:** 1) Princípios gerais. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Sujeitos da relação processual. Juiz das garantias. Inquérito policial. Acordo de não persecução penal. Pacote anticrime: Lei nº 13.964/2019. 2) Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. Ação penal pública: titularidade, condições de procedibilidade. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. Ação penal de iniciativa privada: titularidade. Queixa. Renúncia. Perdão. Perempção. Extinção da punibilidade. Ação civil. 3) Jurisdição. Competência: critérios de determinação e modificação. Incompetência. Efeitos. Das questões e processos incidentes. 4) Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. Sigilo bancário e fiscal. Interceptação das comunicações. Busca e apreensão. Do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. 5) Das citações e intimações. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Dos atos processuais. Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. Assistência. Dos prazos: características, princípios e contagem. 6) Da sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos; efeitos civis da sentença penal. Da coisa julgada penal. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. 7) Procedimento comum. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995 e suas alterações). 8) Das nulidades. Dos recursos em geral: princípios básicos, modalidades e princípio da fungibilidade. Da revisão criminal. Das exceções. 9) Do habeas corpus. Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. 10) Restituição de coisas apreendidas. Perdimento de bens.

**Direito do Trabalho:** 1) Definição, natureza, conteúdo, fontes, interpretação e princípios do direito do trabalho. 2) Direito constitucional dos trabalhadores (art. 7º da Constituição Federal e aplicação ao servidor público). 3) Relação de trabalho e relação de emprego. 3.1) Requisitos e distinções. 4) Sujeitos do contrato de trabalho. 4.1) Empregado e empregador (conceito e caracterização). 4.2) Poderes do empregador no contrato de trabalho. 5) Agentes públicos. 5.1) empregados de empresas estatais. 5.2) servidores temporários. 5.3) empregados públicos em comissão. 5.4) Cargos públicos e empregos públicos. 6) Contrato individual de trabalho. 6.1) conceito, natureza jurídica, tipos, requisitos, classificação e características. 6.2) Modalidades de contratos de trabalho. 6.3) Tipos de contratos a termo. 6.4) Contrato de experiência e período de experiência. 6.5) Trabalhador autônomo. 6.6) Formas de invalidade do contrato de trabalho. 6.7) Nulidades e efeitos da declaração de nulidade. 6.8) Trabalho lícito e trabalho proibido. 6.9) Contrato de estágio, Trabalho voluntário e contrato de pós-graduação na Administração Pública. 6.10) Efeitos do contrato de trabalho: direitos, deveres, obrigações das partes, efeitos próprios e efeitos conexos. 6.11) Dano material e dano moral individual e coletivo: caracterização, conceito e aferição. 6.12) Dano existencial: caracterização, conceito e reparação. 6.13) Dano biológico. 6.14) Indenização por danos extrapatrimoniais e materiais trabalhistas. 7) Empregado. 7.1) Conceito e espécies. 7.2) Empregado público. 7.3) Aprendiz. 8) Empregador. 8.1) Conceito e caracterização. 8.2) Poderes direutivo, regulamentar, fiscalizador e disciplinar. 8.3) Limites ao poder potestativo. 8.4) Empresa e estabelecimento. 8.5) Solidariedade de empresas e Sucessão trabalhista. 8.6) O Poder Público como empregador. 8.6.1) Restrições às contratações realizadas pela Administração Pública. 8.6.2) Acumulação de postos e teto constitucional. 8.6.3) Restrições trazidas pela legislação eleitoral. 9) Terceirização. 9.1) Introdução. 9.2) Terceirização e intermediação de mão de obra. 9.3) Parâmetros da terceirização. 9.4) Terceirização na administração pública. 9.5) Decreto nº 9.507/2018 e Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017. 9.6) Contas vinculadas, pagamentos diretos, termo de quitação geral anual previsto no art. 507-B da CLT, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT). 9.7) Responsabilidade solidária e subsidiária na Justiça do Trabalho. 9.8) Fiscalização e responsabilidade na terceirização envolvendo a administração pública. 9.9) Ônus da prova e a Fazenda Pública. 9.10) Distinção da terceirização e de outras espécies contratuais. 9.11) Dono da obra e empreitada. 10) Responsabilidade solidária de empresas. 10.1) Sucessão de empresas. 10.2) Desconsideração da personalidade jurídica. 11) Salário e remuneração. 11.1) Conceito, distinções. 11.2) Salário mínimo e piso salarial. 11.3) Gorjetas. 11.4) Caracteres e classificação do salário. 11.5) Composição do salário. 11.6) Modalidades de salário. 11.7) Adicionais. 11.8) Gratificação. 11.9) Comissões. 11.10) Parcelas não-salariais. 11.11) Salário e

indenização. 11.12) Salário in natura e utilidades não-salariais. 11.13) Desvio de função. 11.14) Quadro de carreira e Plano de cargos e salários. 11.15) Teto remuneratório e a administração pública. 11.16) Teto remuneratório e as empresas estatais. 11.17) Pagamento indevido no âmbito da administração pública. 12) 13º salário. 13) Salário-família, Salário-educação, Salário do menor e do aprendiz. 14) Equiparação salarial. 14.1) Princípio da igualdade de salário. 14.2) Desvio de função. 14.3) Equiparação salarial e a Administração Pública. 14.4) Pleitos por isonomia na Administração Pública. 15) Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 15.1) Conceito, caracterização, distinções e efeitos. 15.2) Situações tipificadas e controvertidas. 16) Paralisação temporária ou definitiva do trabalho. 17) Força maior no direito do trabalho. 18) Alteração do contrato individual de trabalho. 18.1) Alteração do contrato de trabalho. 18.2) Alteração unilateral e bilateral, subjetiva e objetiva. 18.3) Transferência do empregado. 18.4) Cessão. 18.5) Alteração de horário e da jornada de trabalho. 18.6) Redução de remuneração. 18.7) Jus variandi e Jus resistentiae. 19) Justa causa de despedida do empregado. 20) Rescisão do contrato de trabalho. 21) Aviso prévio. 22) Indenizações em decorrência de dispensa do empregado. 23) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. 23.1) Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS. 23.2) FGTS e a administração pública. 24) Estabilidade. 24.1) Estabilidade e garantias provisórias no emprego: conceito, caracterização e distinção. 24.2) Dispensa abusiva. 24.3) Formas de estabilidade. 24.4) Teoria da nulidade da despedida arbitrária. 24.5) Renúncia à estabilidade. 24.6) Homologação. 24.7) Despedida de empregado estável. 24.8) Readmissão e reintegração. 24.9) Direito à indenização. 24.10) Despedida obstativa. 24.11) Estabilidade no âmbito da Administração Pública. 24.12) Reintegração do empregado estável. 25) Inquérito para apuração de falta grave. 26) Duração do trabalho. 26.1) Períodos de descanso. 26.2) Jornada de trabalho: delimitações e jornadas especiais de trabalho. 26.3) Intervalos para repouso e alimentação. 26.4) Horário de trabalho. 26.5) Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas (banco de horas). 26.6) Horas in itinere. 26.7) Empregados excluídos do direito às horas-extras. 26.8) Trabalho em regime de revezamento e em regime de tempo parcial. 26.9) Trabalho extraordinário e trabalho noturno. 27) Repouso semanal remunerado. 28) Férias. 28.1) Direito a férias e sua duração. 28.2) Concessão e época das férias. 28.3) Remuneração e abono de férias. 29) Segurança, saúde, medicina e higiene do trabalho. 29.1) Meio ambiente laboral. 29.2) Periculosidade e insalubridade. 29.3) CIPA. 29.4) Acidente do trabalho e doenças ocupacionais: caracterização e responsabilidade jurídica. 30) Trabalho da mulher. 30.1) Estabilidade da gestante. 31) Trabalho noturno e trabalho proibido. 32) Trabalho do menor. 33) Direito coletivo do trabalho. 33.1) Princípios, Sindicalização, Receitas do Sindicato. 33.2) Organizações sindicais: natureza jurídica, criação, liberdade (Convenção nº 87 da OIT); administração e dissolução de sindicatos. 33.3) Acordos e convenções coletivas de trabalho: Vigência, duração, efeitos e extensão dos instrumentos normativos. 33.4) Negociação coletiva e flexibilização. 33.5) Conceito de categoria. 33.6) Categoria diferenciada. 34) Mediação e arbitragem. 35) Direito de greve. 35.1) Serviços essenciais. 35.2) Condutas antissindicais e consequências. 36) Profissões regulamentadas. 37) Fiscalização trabalhista. 38) Justiça do trabalho. 38.1) Organização. 38.2) Competência. 38.3) Alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

**Direito Processual do Trabalho:** 1) Fontes e princípios que informam o processo trabalhista. 2) Possibilidade de aplicação subsidiária do Código de Processo Civil aos processos em curso na Justiça do Trabalho. 3) Atos, prazos, nulidades e despesas processuais. 4) Formas de comunicação dos atos processuais. 5) Partes e terceiros. 6) Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho. 7) A comunicação dos atos processuais e a Fazenda Pública. 8) A Fazenda Pública e a prerrogativa dos prazos diferenciados. 9) Despesas processuais e a Fazenda Pública. 10) Procedimentos. 11) Reclamação trabalhista, exceções, contestação, revelia, reconvenção, conciliação, audiências. 12) Justiça gratuita. 13) Organização judiciária do trabalho: jurisdição e competência da Justiça do Trabalho. 13.1) Servidores da Administração Pública e o art. 114, I, da Constituição Federal de 1988. 13.2) Empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista (pessoas jurídicas de direito privado). 13.3) Servidores públicos estatutários e servidores públicos celetistas. 13.4) Servidores temporários. 13.5) Competência para o processamento e julgamento do dissídio de greve dos servidores públicos. 13.6) Competência para processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do concurso público em face da Administração Pública, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal. 13.7) Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação de consignação em pagamento movida pela Administração Pública contra sociedade empresária por ela contratada para a prestação de serviços terceirizados. 13.8) Competência da Justiça do Trabalho em ações que objetivem a alteração de dados do cadastro nacional de informações sociais (CNIS). 14) Prescrição e decadência. 15) Substituição e representação processuais, assistência judiciária e honorários de advogado. 16) Das partes e dos procuradores. 17) Representação jurídica da Fazenda Pública no processo do trabalho. 17.1) A presença da Fazenda Pública na Justiça do Trabalho e a participação de prepostos em audiências trabalhistas. 18) Honorários advocatícios e a Fazenda Pública. 19) Dissídios coletivos. 19.1) conceito, classificação, competência, instauração, legitimidade, prazo e procedimento. 19.2) Revelia. 19.3) Sentença normativa: efeitos e vigência. 19.4) Extensão das decisões e revisão. 19.5) Ação de cumprimento. 19.6) Recursos cabíveis. 19.7) Mediação e arbitragem. 20) Dissídio individual: procedimento comum. 20.1) Petição inicial. 20.2) Audiência. 20.3) Revelia e confissão. 20.4) Resposta do réu. 20.5) Exceções. 20.6) Reconvenção. 20.7) Provas e suspensão do processo. 20.8) Sentença e coisa julgada. 20.9) Nulidades da sentença. 20.10) Termo de conciliação e seus efeitos perante as partes, terceiros e INSS. 20.11) Prerrogativas da Fazenda Pública: prazos recursais, preparo e custas nas ações que envolvem a Fazenda Pública. 20.12) Sistema recursal trabalhista: princípios e procedimentos. 20.13) Teoria geral dos recursos. 20.14) Efeitos dos recursos e pressupostos recursais. 20.15) Juízos de admissibilidade e de mérito. 20.16) Recurso de ofício. 20.17) Direito intertemporal. 20.18) Duplo grau de jurisdição. 20.19) Recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no TST e embargos de declaração. 20.20) Recurso adesivo. 20.21) Recurso de revista repetitivo. 20.22) Agravo regimental. 20.23) Recurso Extraordinário. 20.24) Princípios e efeitos dos recursos. 20.25) Teoria da causa madura. 20.26) Arguição de constitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público. 20.27) Uniformização de jurisprudência. 20.28) Precedentes. 20.29) Mecanismos para controle da aplicação dos precedentes. 20.30) Julgamento de casos repetitivos. 20.31) Incidentes processuais: Incidente de resolução de demandas repetitivas nos TRTs e no TST. 20.32) Incidente de assunção de competência no Processo do Trabalho. 20.33) Precedente judicial. 20.34) Força vinculante da jurisprudência dos Tribunais. 21) Termo de conciliação e sua eficácia. 22) Tutela provisória na Justiça do Trabalho. 22.1) Tutelas de urgência e de evidência: conceito, espécies, pressupostos. 22.2) Estabilização da tutela provisória. 22.3) Tutela antecedente e incidente. 22.4) Tutelas satisfativas. 23) Liquidação de sentença. 24) Execução no processo trabalhista. 24.1) Execução

provisória e definitiva. 24.2) Cumprimento de sentença. 24.3) Exceção de pré-executividade. 24.4) Execução em face da Fazenda Pública: precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs). 24.5) Execução das contribuições previdenciárias: competência, alcance, procedimento, legitimidade, Procedimento, Lei nº 10.035/2000 e Prerrogativas do Fisco. 25) Embargos à execução no processo trabalhista. 26) Processos e procedimentos especiais. 26.1) Ação Civil Pública. 26.2) Ação rescisória. 26.3) Mandado de segurança. 26.4) Ação de consignação em pagamento. 27) Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST. 28) Instruções Normativas editadas pelo Tribunal Superior do Trabalho. 28.1) Instrução Normativa nº 39/2016. 28.2) Instrução Normativa nº 41/2018. 29) Juros e correção monetária em processos trabalhistas envolvendo a Fazenda pública. 29.1) ADC nº 58 e EC nº 113/2021. 29.2) Condenação direta e condenação subsidiária da Fazenda Pública.

**Legislação Sobre Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação:** 1) A educação na Constituição Federal de 1988. 2) Autonomia universitária. 3) Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/1996 e suas alterações. 4) Política de cotas e ações afirmativas. 5) Cobrança de taxas em estabelecimentos públicos de ensino. 6) Ciência, Tecnologia e Inovação na Constituição Federal de 1988. 7) Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. Lei nº 10.973/2004 e suas alterações. Lei nº 13.243/2016 e suas alterações. 8) Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador. Lei Complementar nº 182/2021. 9) Relacionamento com Fundações de apoio. Lei nº 8958/1994. Decreto nº 4.723/2010.

## Grupo 2 – GESTÃO

**I Noções de Administração Geral:** 1) Evolução da administração. 1.1) principais abordagens da administração (clássica até contingencial). 2) Processo administrativo. 2.1) Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle. 2.2) Processo de planejamento. 2.2.1) Planejamento estratégico: visão, missão, valores e objetivos estratégicos. 2.2.2) Análise competitiva e estratégias genéricas. 2.2.3) Administração por objetivos. 2.2.4) Processo decisório. 2.3) Organização. 2.3.1) Estrutura organizacional. 2.3.2) Tipos de departamentalização: características, vantagens e desvantagens de cada tipo. 2.3.3) Organização informal. 2.3.4) Cultura organizacional. 2.4) Motivação e liderança. 2.4.1) Comunicação. 2.4.2) Descentralização e delegação. 2.5) Controle. 2.5.1) Características. 2.5.2) Tipos, vantagens e desvantagens. 2.5.3) Sistema de medição de desempenho organizacional. 3) Gestão de pessoas. 3.1) Equilíbrio organizacional. 3.2) Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas. 3.3) Recrutamento e seleção de pessoas. 3.3.1) Objetivos e características. 3.3.2) Principais tipos, características, vantagens e desvantagens. 3.4) Capacitação de pessoas. 3.5) Gestão de desempenho. 4) Gestão de projetos. 4.1) Elaboração, análise e avaliação de projetos. 4.2) principais características dos modelos de gestão de projetos. 4.3) Projetos e suas etapas. 5) Gestão de processos. 5.1) Conceitos da abordagem por processos. 5.2) Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. 6) Decreto nº 11.462/2023 (sistema de registro de preços). 7) Decreto nº 11.531/2023.

**II Administração de Recursos Materiais:** 1) Classificação de materiais. 1.1) Atributos para classificação de materiais. 1.2) Tipos de classificação. 1.3) Metodologia de cálculo da curva ABC. 2) Gestão de estoques. 3) Compras. 3.1) Organização do setor de compras. 3.2) Etapas do processo. 3.3) Perfil do comprador. 3.4) Modalidades de compra. 3.5) Cadastro de fornecedores. 4) Compras no setor público. 4.1) Objeto de licitação. 4.2) Edital de licitação. 5) Recebimento e armazenagem. 5.1) Entrada. 5.2) Conferência. 5.3) Objetivos da armazenagem. 5.4) Critérios e técnicas de armazenagem. 5.5) Arranjo físico (leiaute). 6) Distribuição de materiais. 6.1) Características das modalidades de transporte. 6.2) Estrutura para distribuição. 7) Gestão patrimonial. 7.1) Tombamento de bens. 7.2) Controle de bens. 7.3) Inventário. 7.4) Alienação de bens. 7.5) Alterações e baixa de bens.

**III Gestão Financeira e Orçamentária:** 1) Orçamento público; 2) princípios orçamentários; 3) Ciclo orçamentário; 4) Processo orçamentário; 5) Despesa pública, 6) Conceitos e Classificação da despesa; 7) Estágios da despesa; 8) Restos a pagar.

**IV Gestão de Contratos e Convênios:** 1) Legislação aplicável à contratação de bens e serviços. 1.2) Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. 2) Elaboração e fiscalização de contratos. 2.1) Cláusulas e indicadores de nível de serviço. 2.2) Papel do fiscalizador do contrato. 2.3) Papel do preposto da contratada. 2.4) Acompanhamento da execução contratual. 2.5) Registro e notificação de irregularidades. 2.6) Definição e aplicação de penalidades e sanções administrativas.

## Grupo 3 – COMUNICAÇÃO

1) Publicidade na web; 2) Fundamentos da publicidade e propaganda; 3) Ética e filosofia da comunicação; 4) Teorias da comunicação; 5) Legislação em publicidade e comunicação; 6) Políticas de Informação, Comunicação e Inovação para os Sistemas e Redes de Serviços em Saúde; 7) Lei de Acesso: Transparência e Opacidade dos Serviços de Atenção à Saúde - Usos e desusos da informação gerencial; 8) Comunicação organizacional e comunicação pública; 9) Ética e legislação em comunicação; 10) Comunicação online; Mídias web e digitais; Mídias sociais; Redes sociais; 11) Hierarquia da informação; 12) Relações públicas: Conceitos básicos, natureza e funções estratégicas; 13) Organização de eventos e promoção institucional; 14) Ombudsman; 15) Opinião pública: conceitos básicos e objetivos; 16) Comunicação como ferramenta de gestão; 17) Planejamento de comunicação; 18) Informação e Comunicação em Serviços de Atenção à Saúde; 19) Confronto, interação, integração e convergência entre as novas mídias e os meios audiovisuais tradicionais; 20) Hipertextualidade, multimídia e interatividade; 21) Comunicação e sociedade: o processo da comunicação; 22) Comunicação e planejamento gráficos; 23) Os principais softwares gráficos; 24) Conceito de notícia, a objetividade e subjetividade; 25) Linguagem jornalística e estrutura da informação; 26) Jornalismo corporativo: Diferenças básicas entre o jornalismo de um veículo tradicional de comunicação e as publicações institucionais de organizações públicas e privadas; 27) Teoria da imagem: conceitos básicos; 28) Tratamento e processamento da imagem e do áudio em suportes digitalizados de edição, produção e distribuição de conteúdo; 29) Técnicas de redação em assessoria de imprensa; 30) Gestão de crises e gestão de marca e de imagem institucional.

## Grupo 4 – CONTABILIDADE, ECONOMIA E ESTATÍSTICA

1) Operações algébricas. 2) Equações e inequações. 3) Sistemas lineares. 4) Funções e gráficos. 5) Juros simples e compostos. 6) Medidas de tendência central (média, mediana, moda). 7) Medidas de dispersão (desvio padrão, variância, amplitude). 8) Distribuições de

frequência e gráficos. 9) Conceitos básicos de probabilidade. 10) Distribuições e cálculos de probabilidade. 11) Estimativas de parâmetros populacionais. 12) Testes de hipóteses. 13) Intervalos de confiança. 14) Inferência estatística. 15) Técnicas de amostragem. 16) Metodologia e utilização da estatística; variáveis quantitativas e qualitativas; séries estatísticas. 17) O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. 18) Orçamento público. 19) Programação e execução orçamentária e financeira; 20) Despesa pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas. 21) Receita pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas. 22) Execução orçamentária e financeira. 23) Transações no setor público. 24) Balanço patrimonial. 25) Demonstração do resultado do exercício. 26) Consolidação das demonstrações contábeis e demonstrações separadas. 27) Análise econômico-financeira. 28) Custos fixos, variáveis, totais, marginais. 29) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos 30) Noções básicas sobre tributos. 31) Impostos, taxas e contribuições. 32) Operações fiscais e tributárias. 33) Retenções na fonte realizadas pela administração pública federal. 34) Técnicas de auditoria. 35) Controles internos e análise de risco.

#### **Grupo 5 – ARQUITETO**

1) Desenho arquitetônico. 1.1) Legislação aplicável (NBR 8196 - Emprego de escalas, NBR 8403 - Aplicação de linhas em desenhos - Tipos de linhas - Larguras das linhas, NBR 10067 - Princípios gerais de representação em desenho técnico, NBR 10068 - Folha de desenho - Leiaute e dimensões, NBR 10126 - Cotagem de desenho técnico, NBR 10582 - Apresentação da folha para desenho, NBR 13142 - Dobramento de cópia). 1.2) Informática: software CAD aplicado à arquitetura e ao urbanismo. 2) Ergonomia. 3) Norma ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4) Materiais de construção e elementos construtivos. 5) Projeto Arquitetônico. 5.1) Norma ABNT NBR 16636 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos. 5.2) Metodologia de projeto. 5.3) Tipologias de organização espacial. 5.4) Partido arquitetônico e construtivo. 5.5) Implantação e análise do terreno e do entorno. 5.6) Estudo de zoneamento, acessos, fluxos e circulações. 5.7) Instalações elétricas em baixa tensão, de lógica e hidrossanitárias (água potável, esgoto e de captação e drenagem de águas pluviais). 5.8) Coberturas e impermeabilização. 5.9) Esquadrias. 5.10) Pisos e revestimentos. 5.11) Sistemas estruturais. 5.12) Estruturas de concreto armado. 5.13) Estruturas de aço e de madeira. 5.14) Conforto ambiental, iluminação e ventilação natural. 5.15) Luminotécnica, conforto acústico e térmico. 6) Topografia, cortes, aterros e cálculo de movimentação de terra. 7) Legislação ambiental e urbana. 8) Projetos de interiores e humanização para ambientes hospitalares. 9) Paisagismo. 10) Comunicação visual. Ebsrh – Manual de Sinalização dos Hospitais Universitários da Rede Ebsrh de 15/07/2019 e atualizações. 11) Instalações de prevenção e combate a incêndio pânico. 12) Orçamentos de obras e serviços de engenharia. 13) Normas brasileiras afins a projetos e obras. 14) Código de obras e licenciamento. 15) Metodologia para análise de projetos de arquitetura e instalações. 16) Ebsrh – Manual de Diretrizes de Sustentabilidade para Projetos de Arquitetura e Engenharia de 07/01/2019. 17) Projeto arquitetônico de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) e Hospitais de Ensino. 17.1) Anvisa RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 e suas atualizações. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. 17.2) Anvisa RDC nº 51, de 6 de outubro de 2011 e atualizações. Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências. 17.3) Ebsrh – Parâmetros Projetuais para Hospitais de Ensino e Pesquisa da Rede Ebsrh. Brasília de 2022. 17.4) Outras normativas, portarias ministeriais e resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que dispõem sobre o espaço físico de EAS.

#### **Grupo 6 – ENGENHARIA**

1) Estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social. 2) Planejamento de obras e serviços: programação, orçamentação e controle. 3) Metodologias e ferramentas de orçamento, planejamento e controle de obras e serviços. 4) Gerenciamento estratégico de obras. 5) Acompanhamento de Processos Construtivos. 6) Gestão de Riscos – princípios, matriz de riscos e outras ferramentas. 7) Gestão da Qualidade na Construção Civil. 8) Modelagem BIM. 9) Controle financeiro de obras e serviços: juros simples, juros compostos, curvas de controle, reajuste e índices aplicados na engenharia. 10) Política Nacional de Saneamento Básico. 11) Política Nacional de Resíduos Sólidos. 12) Acessibilidade: conceito e aplicações. 13) ABNT NBR 9050:2022 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 14) Fiscalização de obras públicas e serviços de engenharia. 15) Vistoria de obras e elaboração de relatório técnico. 16) Informática aplicada à engenharia (Excel, Word, Software de Desenho Assistido por Computador - CAD). 17) Noções de segurança do trabalho (normas regulamentadoras: NR 18, NR 23, NR 32 e NR 35). 18) Noções básicas de manutenção industrial e predial. 19) Lei nº 13303/2016 e atualizações - licitações e contratos: legislação específica para obras e serviços de engenharia. 20) Instrumento de padronização dos procedimentos de contratação de obras e serviços de engenharia. 21) Resolução Anvisa RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 e atualizações - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. 22) Resolução Anvisa RDC nº 51, de 6 de outubro de 2011 e atualizações - Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências. 23) Diretrizes para Contratação e Fiscalização de Obras da Rede Ebsrh - Volumes I, II e III. 24) Diretrizes de Sustentabilidade para projetos de arquitetura e engenharia em hospitais universitários. 25) Gestão de Manutenção Predial Hospitalar para os hospitais da Rede Ebsrh. 26) Legislações profissionais pertinentes (sistema CONFEA-CREA).

#### **Grupo 7 – ENGENHEIRO CLÍNICO**

1) Eletrônica aplicada. 2) Eletroeletrônica. 3. Instalações hospitalares. 4) Equipamentos biomédicos. 5) Segurança em equipamentos biomédicos. 6) HFMEA 7) Manutenção Baseada em Evidências. 8) Higiene e segurança hospitalar. 9) Estratégia em saúde. 10) Administração hospitalar. 11) Compras na Administração Pública. 11.1) Licitações e contratos. 11.2) Princípios básicos da licitação. 11.3) Definição do objeto a ser licitado. 11.4) Planejamento das compras. 11.5) Controles e cronogramas. 12) Atos Normativos Ebsrh 12.1)

Norma Operacional de Gestão de Equipamentos Médico Hospitalares. 12.2) Procedimentos Operacionais Padrão de Manutenção Preventiva, Calibração, Qualificação e Teste de Segurança Elétrica em Equipamentos de Saúde para os Hospitais da Rede Ebsrh. 12.3) Prospecção e Avaliação de Mercado para a Aquisição e Manutenção de Equipamentos Médico-Assistenciais de Alta Complexidade. 13) Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010 que institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), dispõe sobre o financiamento compartilhado dos hospitais universitários federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais. 14) Custo total de propriedade. 15) Resoluções da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) 15.1) RDC nº 509/2021 que dispõe sobre gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde. 15.2) RDC nº 579/2021 que dispõe sobre a importação, comercialização e doação de dispositivos médicos usados e recondicionados. 15.3) RDC nº 665/2022 que regulamenta boas práticas de fabricação de equipamentos eletromédicos.

#### **Grupo 8 – ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO**

1) Planejamento e controle da produção: planos de produção e mão de obra. Planejamento geral de capacidade: previsão de demandas, planejamento dos recursos de manufatura e das necessidades de distribuição e métodos de controle. Gerências de materiais: planejamento de necessidades, gargalos, compras, gestão e tipos de estoque. 2) Logística: distribuição física. Administração de materiais. Sistema de transporte. Armazenagem de produtos. Manuseio e acondicionamento de produto. Planejamento da movimentação de mercadorias. 3) Gestão da qualidade: processo e agentes da gestão da qualidade. Ambientes básicos de atuação. Modelos e programas de qualidade. QFD – Desdobramento da Função Qualidade. Indicadores (qualidade, disponibilidade, OEE, eficiência e produtividade). 4) Gestão de operações: diferenças entre operações de serviços e de manufatura. Comportamento do consumidor de serviços. Avaliação da qualidade do serviço pelo cliente: processo de avaliação, critérios de avaliação. Ciclo do serviço, fluxo do processo do serviço. 5) Gestão de custos: balanço patrimonial, contas do ativo, passivo e patrimônio líquido. Depreciação. Principais demonstrações: mutações patrimoniais, fontes, usos de recursos e fluxo de caixa. 6) Gestão financeira: juros simples e compostos. Amortização de empréstimos: método Price, SAC e correção monetária. Análise de investimentos e taxa de atratividade. Viabilidade de projetos. Noções de economia. Gestão financeira: receita e despesas. Fiscalização financeira e orçamentária. 7) Gestão de projetos: gestão de projetos e modelos de referência. Guias de conhecimento em gerenciamento de projetos. Gestão da integração, do escopo, do cronograma, dos custos, qualidade, recursos, comunicações, riscos, aquisições. Indicadores de desempenho, fatores críticos de sucesso. Design thinking. Gestão ágil e lean em projetos, Scrum, BPM. 8) Conceitos básicos de manutenção: manutenção preventiva, corretiva e preditiva. Técnicas de manutenção (TPM, FMEA, FTA e HAZOP). Planejamento e controle da manutenção. Indicadores de confiabilidade. 9) Estatística básica: conceitos básicos, médias, amostragem.

#### **Grupo 9 – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

1) NR-17 — Adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores. 1.1) Conceitos e características da ergonomia. 1.2) Fisiologia do trabalho. 1.3) Aplicações de forças. 1.4) Aspectos antropométricos. 1.5) Situações de trabalho: trabalho em turnos e noturno, fadiga, vigilância e acidentes. 2) Gerência de Riscos. 2.1) NR-4 - Serviços especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho. 2.2) Inspeção de segurança, investigação e análise de acidentes. 2.3) Custo de acidentes. 2.4) Levantamento de riscos ambientais. 2.5) Análise Preliminar de Riscos (APR), Análise de Modos de Falha e Efeito (AMFE), Análise de Árvore de Falhas (AAF) e Análise de Perigos e Operabilidade (HAZOP). 2.6) Avaliação de Riscos. 3) Ruídos e Vibrações. 3.1) NR-15 —atividades E operações insalubres. 3.2) Conceituação, classificação e reconhecimento dos riscos físicos. 3.3) Ruídos: conceitos gerais e ocorrência, física do som, critérios de avaliação, práticas e técnicas de medição e medidas de controle. 3.4) Vibrações: conceitos gerais e ocorrência, física das vibrações, critérios de avaliação, práticas e técnicas de medição e medidas de controle. 4) Temperatura Extremas e Pressões. 4.1) NR-13 e NR-14 — caldeiras e vasos de pressão e fornos. 4.2) Sobrecarga térmica. 4.3) Temperaturas baixas. 4.4) Ventilação geral. 5) Agentes Químicos. 5.1) Classificação e reconhecimento dos riscos químicos. 5.2) Limites de tolerância. 5.3) Técnicas de reconhecimento. 5.4) Contaminantes sólidos, líquidos e gasosos. 5.5) Medidas de controle individual e coletivo para agentes químicos. 6) Acidentes de trabalho. 6.1) Conceituação, classificação, causas e consequências dos acidentes. 6.2) Agente do acidente e fonte de lesão. 6.3) Riscos das principais atividades laborais. 7) Legislação e Administração Aplicada à Engenharia de Segurança. 7.1) Normas regulamentadoras. NR-5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), NR-6 - equipamento de proteção individual, NR-16 - atividades e operações perigosas e NR-28 - fiscalização e penalidades. 7.2) Consolidação das Leis do Trabalho. 7.3) Atribuições e responsabilidades do Engenheiro de Segurança do Trabalho. Convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). 8) Ambiente e doenças do trabalho. 8.1) NR-7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. 9) Programa de prevenção de riscos ambientais. 9.1) NR-11 - Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais. 9.2) NR-12 - Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos. 9.3) NR-8 — Edificações. 9.4) NR-21 - Trabalhos a céu aberto. 9.5) NR-24 - Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. 9.6) NR-33 — Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados. 10) Proteção ao meio ambiente. 10.1) NR-25 - Resíduos industriais. 11) Proteção contra incêndios e explosões. 11.1) NR-23 – Proteção contra incêndios. 11.2) NR-26 - Sinalização de segurança. 12) Probabilidade e estatística. 12.1) Cálculo de probabilidade. 12.2) Variáveis aleatórias e suas distribuições. 12.3) Medidas características de uma distribuição de probabilidade. 12.4) Modelos probabilísticos. 12.5) Análises estatística e dinâmica de observações. 12.6) Noções de testes de hipóteses. Agentes Biológicos; NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde; PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário.

#### **Grupo 10 – ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

1) Gerência de projetos. 1.1) Conceitos básicos. 1.2) Processos do PMBOK. 1.3) Gerenciamento da integração, do escopo, do tempo, de custos, de recursos humanos, de riscos, das comunicações, da qualidade e de aquisições. 2) Segurança da informação. 2.1) Conceitos básicos. 2.2) Políticas de segurança. 2.3) Classificação de informações. 2.4) Análise de vulnerabilidade. 2.5) Plano de continuidade de negócio. 2.6) Tratamento de Incidentes. 2.7) Normas ISO 27001 e ISO 27002. 2.8) Auditoria e conformidade. 3) Governança e Gestão de

TI. 3.1) Fundamentos do ITIL<sup>®</sup> (v3): aspectos gerais, estrutura, conceitos, finalidade, suporte a serviços, entrega de serviços. 3.2) Fundamentos de COBIT (versão 5): aspectos gerais, estrutura, conceitos, finalidade, modelos de maturidade, objetivos de controle, objetivos de negócios e objetivos de TI, domínios e processos. 3.3) Boas Práticas Governança de TIC nas Estatais: Resolução nº 11/CGPAR/2016. 4) Gestão de Relacionamento. 4.1) Gestão de relacionamento com clientes (CRM). 4.2) Elaboração de plano de negócio. 4.3) Noções de marketing de serviço. 4.4) Noções de Comunicação Institucional e Interna. 5) Engenharia de requisitos. 5.1) Conceitos básicos. 5.2) Técnicas de elicitação de requisitos. 5.3) Gerenciamento de requisitos. 5.4) Especificação de requisitos. 5.5) Técnicas de validação de requisitos. 5.6) Prototipação. 6) Engenharia de software. 6.1) Ciclo de vida do software. 6.2) Metodologias de desenvolvimento de software. 6.3) Métricas e estimativas de software. 6.4) Análise por pontos de função. 6.5) CMMI. 6.6) Qualidade de software. 6.7) Conceitos de programação orientada a objetos: classes, objetos, métodos, sobrecarga, herança, polimorfismo, interfaces. 6.8) Linguagens de Programação: Java, PHP. 6.9) Padrões de projeto. 6.10) Ferramentas de Gerenciador de Conteúdo (CMS) 6.11) Ferramentas de Desenvolvimento Mobile. 7) Arquitetura e tecnologias de sistemas de informação. 7.1) Conceitos básicos. 7.2) Workflow e gerenciamento eletrônico de documentos. 7.3) Arquitetura cliente-servidor. 7.4) Arquitetura orientada a serviço. 7.5) Arquitetura distribuída. 7.6) Arquitetura de grande porte. 7.7) Data Mining. 7.8) Data Warehouse. 7.9) Business Intelligence. 7.10) Portais corporativos: usabilidade e acessibilidade na internet, padrões W3C e e-MAG, JavaScript e toolkits jQuery, CSS3, HTML5, XML, XLST, JSON. 7.11) Sistemas colaborativos. 7.12) Gestão de conteúdo: ferramentas, principais características, componentes, arquitetura, instalação e configuração de sítios web —LifeRAY, Drupal, WordPress. 7.13) Especificação de metadados e web services. 7.14) Computação em GRID, conceitos de computação em cluster, conceitos de computação em nuvem. 7.15) Conceitos de aplicação em dispositivos móveis. 8) Gestão de processos de negócio. Modelagem de processos com BPMN (versão 2.0). 8.2) Técnicas de análise de processos. 8.3) Melhoria de processos. 8.4) Integração de processos. 9) Gestão estratégica. 9.1) Noções e metodologias de planejamento estratégico. 9.2) Balanced Scorecard (BSC). 9.3) Planejamento Estratégico Situacional (PES), Matriz SWOT. 9.4) Análise de cenários. 9.5) Metodologias para medição de desempenho. 9.6) Indicadores de desempenho: conceito, formulação e análise. 10) Banco de dados. 10.1) Conceitos básicos. 10.2) Abordagem relacional. 10.3) Modelo entidade-relacionamento. 10.4) Normalização. 10.5) Sistemas gerenciadores de banco de dados (SGBD). 10.6) Modelagem multidimensional. 10.7) Bancos de dados multidimensionais. 10.8) Linguagens de definição e manipulação de dados. 10.9) Linguagem SQL (Structured Query Language). 10.10) Big Data. 11) Tecnologia da Informação na Administração Pública. 11.1) Planejamento Plurianual (PPA). 11.2) Planejamento de TI: estratégico e tático. 11.3) Contratações de TI na Administração Pública Federal: Instrução Normativa para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação — IN/ 04/2014, Guia Prático para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação V 3.0 — SLTI. 12) Infraestrutura de TI. 12.1) Modelo OSI. 12.2) Cabeamento estruturado e rede sem fio (wireless). 12.3) Switches, roteadores e firewalls 12.4) NAT, QoS, Vlan, STP, 802.1x. 12.5) Redes de transmissão de dados (LAN/MAN/WAN). 12.6) Arquitetura e protocolos IP, TCP, UDP, DHCP, DNS, IPSEC, SNMP, LDAP, CIFS, NFS, SSH, IMAP, SMTP, HTTP, HTTPS e FTP. 12.7) Roteamento de redes. 12.8) PROXY. 12.9) Operação, administração, análise de performance e tunning de Sistemas Operacionais Windows (8, 10 e server 2016) e GNU/Linux (Debian). 12.10) Operação e administração de servidores web e aplicação (APACHE, PHP, JBOSS, WildFly, e IIS). 12.11) Operação e administração do Microsoft Active Directory e Servidores de Correio (Exchange e Postfix). 12.12) Ferramentas de infraestrutura ágil, automatização e gerenciamento de configuração (Puppet, Jenkins, GIT). 12.13) Conceitos de DEVOPS. 12.14) Softwares livres de inventário, monitoramento e diagnóstico de ambientes computacionais. 12.15) Equipamentos de conexão e transmissão de áudio e vídeo (VoIP, SIP). 12.16) Virtualização. 12.17) Conceitos de clusterização, alta disponibilidade e escalabilidade. 12.18) Arquiteturas e protocolos para redes de armazenamento de dados (SAN). 12.19) Conceitos e ferramentas de backup e restore de dados. 12.20) Sistemas de detecção de intrusão. 12.21) Vulnerabilidades e ataques a sistemas computacionais. 12.22) Proteções relativas a hardware, software. 12.23) Conceitos de Antivírus, Anti-Malware e Antispam. 12.24) Criptografia, protocolos criptográficos, sistemas de criptografia e aplicações. 12.25) Certificados Digitais para pessoas físicas, jurídicas e servidores de rede (e-CPF, e-CNPJ, SSL, EV SSL, SAN e WILDCARD). 13) Fundamentos dos Sistemas de Gestão Hospitalar. Conceitos e Objetivos. 13.2) Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP). 13.3) Sistema de Informações Laboratoriais (LIS). 13.4) Sistema de Informações. 13.5) Sistema de Comunicação e Arquivamento de Imagens (PACS). 13.6) Registro Eletrônico em Saúde (RES). 13.7) Circuito Fechado de Medicamentos. 14) Sistemas de Informação Oficiais do Ministério da Saúde. 14.1) Sistema de Informação Ambulatorial (SIA). 14.2) Sistema de Informação Hospitalar (SIH). 14.3) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). 14.4) Sistema de Informação da Atenção Básica (SISAB). 14.5) Conjunto Mínimo de Dados (CMD). 14.6) Sistema do Cartão Nacional de Saúde (CADSUSWEB). 15) Fundamentos e Padrões de Interoperabilidade em Saúde. 15.1) Conceitos e Objetivos. 15.2) Níveis de Interoperabilidade. 15.3) Padrões de Interoperabilidade adotados pelo Ministério da Saúde: Portaria nº 2.073/GM/MS/2011.

#### Grupo 11 – TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

1) Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria nº 3.214, de 08/06/1978). 1.1) NR 01 Disposições gerais. 1.2) NR 03 Embargo e Interdição. 1.3) NR 04 Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). 1.4) NR 05 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). 1.5) NR 06 Equipamentos de Proteção Individual (EPI). 1.6) NR 07 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). 1.7) NR 09 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). 1.8) NR 10 Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. 1.9) NR 12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. 1.10) NR 13 Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulação. 1.11) NR 15 Atividades e Operações Insalubres. 1.12) NR 16 Atividades e Operações Perigosas. 1.13) NR 17 Ergonomia. 1.14) NR 24 Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. 1.15) NR 26 Sinalização de Segurança. 1.16) NR 32 Segurança e Saúde em trabalhos em Serviços de Saúde. 2) Legislação federal, Decreto nº 3.048/99 e portarias e instruções normativas da Previdência Social. 2.1) Acidente de trabalho e doença ocupacional. 2.2) Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). 2.3) Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP). 3) Primeiros socorros. 4) Proteção contra incêndio. 5) Fundamentos de Higiene do Trabalho. 6) Estatística aplicada à segurança do trabalho.

**Grupo 12 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

1) Noções de administração. 1.1) Abordagens clássica, burocrática e sistêmica da administração. 1.2) Evolução da administração pública no Brasil após 1930; reformas administrativas; a nova gestão pública. 2) Processo administrativo. 2.1) Funções da administração: planejamento, organização, direção e controle. 2.2) Estrutura organizacional. 2.3) Cultura organizacional. 3) Gestão de pessoas. 3.1) Equilíbrio organizacional. 3.2) Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas. 3.3) Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho. 4) Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial. 4.1) principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade. 4.2) Ciclo PDCA. 4.3) Ferramentas de gestão da qualidade. 4.4) Modelo de gestão pública. 5) Noções de gestão de processos: técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. 6) Legislação administrativa. 6.1) Administração direta, indireta e fundacional. 6.2) Atos administrativos. 6.3) Requisito. 6.4) Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). 7) Noções de administração de recursos materiais. 8) Noções de arquivologia. 8.1) Arquivística: princípios e conceitos. 8.2) Legislação arquivística. 8.3) Gestão de documentos. 8.3.1) Protocolos: recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos. 8.3.2) Classificação de documentos de arquivo. 8.3.3) Arquivamento e ordenação de documentos de arquivo. 8.3.4) Tabela de temporalidade de documentos de arquivo. 8.4) Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo. 8.5) Preservação e conservação de documentos de arquivo. 9) Noções de licitação pública: fases, modalidades, dispensa e inexigibilidade. 9.1) Sistema de Registro de preços. 10) Ética no serviço público: comportamento profissional, atitudes no serviço, organização do trabalho, prioridade em serviço. 11) Noções de direito do trabalho; 12) Noções de contrato administrativo, gestão e fiscalização de contratos, incluindo a IN 5/2017; 13) Noções de informática; 14) Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos.